

**Conferência**  
**COMÉRCIO JUSTO: MAIS DO QUE UMA PERSPECTIVA NORTE/SUL**  
**Seixal , 28 de Maio 2007**

Tema: "Comércio Justo, Economia Solidária e Soberania Alimentar: buscando uma estratégia comum"

### **HISTORIAL**

O movimento do Comércio Justo teve início em finais da década de 60, seguindo um percurso de mais de 40 anos.

Partiu de uma iniciativa assistencialista de promover mais equilíbrio sócio-económico entre os países do Sul e do Norte, vendendo no Norte o que o Sul produzia com um preço considerado justo.

O movimento tem evoluído de diferentes formas nos diversos países e assumido modelos distintos em termos do que os seus actores entendem como sendo uma forma de intervenção mais adequada, e portanto, com diferentes visões.

Xavier Montagut e Esther Vivas, no livro "Adónde va el Comercio Justo", identificam dois pólos de referência no movimento do Comércio Justo a que denominam:

#### **1º: Tradicional e Dominante:**

Tradicional: porque parte da definição com base nos princípios e critérios originais estabelecidos pelo movimento, centrado numa visão de exportação dos países do Sul para o Norte, com um enfoque mais localizado nos processos de produção.

Dominante: porque é a abordagem mais conhecida e disseminada.

#### **2º: Global e Alternativo:**

Global: porque tem uma visão mais transversal do envolvimento dos diversos actores, passando pela produção à transformação, distribuição, comercialização e consumo.

Não tem como prioridade a exportação do Sul para o Norte, mas o desenvolvimento de mercados locais tanto no Sul como no Norte, para além da cooperação Norte/Sul.

Alternativo: porque estabelece alianças com movimentos sociais críticos ao modelo de globalização neoliberal, contando com uma visibilidade mais reduzida.

**Apesar de existirem organizações consistentes e com lideranças em ambos os modelos**, há ainda o que Federica Carraro, Rodrigo Fernandes e José Verdú, em "El Rompe Cabezas de la Equidad", consideram como "polarização dinâmica", ou seja, as organizações que transitam entre os dois modelos de acordo com os temas e os problemas que as afectam.

Se considerarmos estas referências podemos assegurar que a **Mó de Vida** identifica-se com o chamado **modelo Global e Alternativo**, e foi com esta perspectiva que esta conferência foi planeada, ou seja, para dar a conhecer os fundamentos em que se baseia esta parte do movimento do Comércio Justo.

Feitos estes esclarecimentos, passamos aos dois eixos em que esta parte do movimento do CJ tem trabalhado para consolidar a sua intervenção e formas de cooperação, ou seja, a Economia Solidária e a Soberania Alimentar.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O primeiro aspecto a ter em conta na abordagem da **Economia Solidária** é a existência de outros conceitos que, apesar de terem alguns parâmetros coincidentes, são claramente distintos e, na prática, acabam por ser utilizados indiscriminadamente.

Também não há uma definição única deste conceito. Uma observação feita por José Luis Coraggio – economista argentino com larga experiência sobre temas como desenvolvimento local, políticas sociais e economia popular urbana – é que na impossibilidade de se ter uma concepção universal sobre o sector da Economia Solidária, considera fundamental o trabalho de investigação, permitindo a construção de linhas gerais que forneçam subsídios para a pesquisa académica e futuras orientações do conceito, inclusive à nível legal.

Na tentativa de buscar fundamentos que diferencie a Economia Solidária de outras experiências, vamos utilizar a definição de Genauto França para situar algumas das diferenças:

Terceiro Sector: Aparece num contexto anglo-saxão, onde predomina a ideia da filantropia para fazer face a problemas sociais e onde, em particular nos EUA, a acção redistributiva das organizações sem fins lucrativos é paralela à acção estatal neste campo.

Economia Social: É formulada num contexto europeu, no qual o Estado-Providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais e onde se desenvolve uma economia com fins sociais, baseada em grandes fundações, associações e cooperativas.

Economia Popular:

Oriunda do contexto latino-americano tendo uma fronteira tênue com a economia informal e se constituindo em “formas de sobrevivência da população mais pobre”, em que o registo da solidariedade está na base das actividades económicas, praticamente como um prolongamento da solidariedade familiar ou comuninária.

Economia Solidária:

Tem afinidades com os conceitos anteriores, mas também particularidades que a afirmam como conceito e prática. Tem herança histórica comum com a Economia Social, ou seja, europeia, e dá ênfase:

- a) aos aspectos democráticos da organização do trabalho, em que predominam o estatuto associativista e cooperativista;
- b) articulam a dimensão económica, social e política em uma só acção colectiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas.

O movimento brasileiro produziu uma visão particular e esclarecedora sobre a Economia Solidária ao afirmar que:

a) Não se trata somente de gerar oportunidades de trabalho e renda, **mas de construir novas relações sociais** com base nos valores da solidariedade e da cooperação, que fortalecem a participação do cidadão na sociedade

b) Nesta ideia de construção de novas relações sociais está explícita a **reorganização de um projecto de transformação social através da mobilização da sociedade civil**, que se traduz tanto do ponto de vista da **alteração do modelo político, visando a superação da democracia representativa em busca da democracia directa/participativa, quanto da mudança do modelo económico** visando reverter as prioridades do Estado e incorporar critérios sociais à ideia de eficácia económica

c) A sua principal **força** talvez seja o **exemplo subversivo de actuar na economia sem submeter-se aos seus princípios capitalistas de competitividade exacerbada e lucro privado, actuando numa lógica de cooperação.**

Outro ponto que é importante acrescentar é que a Economia Solidária não pode ser restringida no seu conceito às diversas actividades que complementam a sua dinâmica, mas não a definem por si só, ou seja: finança ética, microcrédito, software livre, entre outras.

Portanto, as formulações que hoje trazemos para partilhar convosco, que consideramos de interesse para o trabalho da Mó de Vida e **oferecem uma perspectiva de transformação ao actual modelo económico neoliberal**, têm como base as seguintes experiências identificadas:

[Em termos académicos:](#)

O trabalho promovido pela **Universidade Bolivariana do Chile**, no âmbito do **projecto do Campus Virtual da Economia Solidária**:

1- Considera a Economia Solidária como um novo enfoque conceptual a nível da teoria económica, no que concerne às organizações cooperativas, autogestionárias e associativas.

2- Desde o princípio do Capitalismo e ao longo da história moderna e contemporânea, múltiplos processos de experimentação de formas económicas alternativas se têm desenvolvido, assumindo diferentes nomes: cooperativismo, autogestão, mutualismo, economia social e outros. A primeira cooperativa de consumidores foi fundada em 21 de Dezembro de 1844, em Rochdale, Inglaterra.

3- O que distingue estas experiências é o facto de terem sido acompanhadas e orientadas por um pensamento económico-social. A partir destas formulações se estabelecem princípios orientadores, modelos organizativos que expressam os conteúdos das propostas socioeconómicas, de carácter jurídico e estatutário, que indicam com certa precisão como se devem organizar e funcionar as instituições que participam nestas experiências.

Entretanto, os fundamentos encontrados têm se mostrado insuficientes para:

a) proporcionar orientação adequada e critérios eficientes, que permitam a eficácia económica nos processos de decisão e de gestão.;

b) garantir uma identidade consistente às experiências que, no decorrer do seu

percurso, se afastam do perfil inicialmente desejado e se vão assemelhando e subordinando às formas capitalistas e estatais de fazer economia, das quais pretendiam inicialmente diferenciar-se na construção de alternativas válidas e viáveis;

c) gerar a confiança e convicção suficiente, não somente quanto à sua eficácia económica, mas como para mobilizar os recursos humanos, financeiros e materiais indispensáveis ao seu desenvolvimento;

d) assegurar a autonomia cultural de que necessita qualquer movimento e processo que busca realizar transformações profundas na economia e na vida social.

Como explicação para estas limitações, consideram que as experiências cooperativas, autogestionárias, mutualistas e outras afins, **carecendo de instrumentos conceptuais e analíticos próprios**, que as orientem em seus processos de decisões, acabam por recorrer às ferramentas de análise proporcionadas pela ciência económica convencional, formulada a partir de parâmetros operacionais muito distintos e em certo sentido opostas às solidárias.

Por outro lado, os 4 aspectos apresentados, que implicam limitações e deficiências essenciais que se manifestam na busca de experiências económicas alternativas, não podem superar-se senão mediante à **elaboração de uma teoria científica, à nível da disciplina económica, não só respeitando mas fortalecendo a identidade económica alternativa, expressando de modo coerente a sua racionalidade económica especial e proporcionando critérios rigorosos que orientem o processo de tomada de decisão, gestão e operação nos mercados em que participam.**

Ainda segundo os documentos colectivos apresentados pelo Campus Virtual de Economia Solidária: **"A concepção da Economia Solidária é uma elaboração científica da teoria económica que vem ocupar este vazio. Utiliza as ferramentas conceptuais e metodológicas próprias, convenientemente ampliadas e reelaboradas para expressar a identidade de formas económicas muito diferentes: a racionalidade especial das economias alternativas fundadas na cooperação, autogestão e mutualismo bem como na ajuda mútua. A Economia Solidária constitui, em tal sentido, uma contribuição relevante ao potenciamento e desenvolvimento de buscas por economias alternativas eficientes"**.

Neste momento, a Universidade Bolivariana do Chile desenvolve um interessante currículo académico de pós graduação e mestrado totalmente vocacionado para o sector da Economia Solidária, atendendo as suas especificidades.

#### [Em termos de organização](#)

\* DESMI, AC – (Desenvolvimento Económico Social dos Mexicanos Indígenas, Associação Civil)

\* Actividades localizadas na região de Chiapas, México, com influência em 3 zonas: Altos, Norte e Sul. Relacionam-se com cerca de 240 comunidades em 17 municípios.

Segundo a DESMI, AC, das oficinas comunitárias e participativas levadas a cabo por esta organização, foram produzidos diversos documentos orientadores desta actividade, dos quais apresentamos um quadro que consideramos representativo das diferenças entre a Economia Neoliberal e a Economia Solidária

Diferenças entre a Economia Neoliberal e a Economia Solidária

INDICADORES	ECONOMIA NEOLIBERAL	ECONOMIA SOLIDÁRIA
1- Função do trabalho	a) Produtividade	a) Satisfazer as necessidades b) Realização pessoal
2- Organização do trabalho	a) Hierárquica – os proprietários são os patrões; b) Decisões centralizadas	a) Democrática; b) Decisões com base na participação colectiva e tomadas em Assembleia c) Como cultura
3- Tecnologia	a) Substituição do trabalho humano	a) Instrumento para o trabalho
4- Terra	a) Fins comerciais; b) Propriedade individual; c) Empresa	a) Sustento; b) Propriedade colectiva ou c) Individual para uso colectivo
5- Produção	a) Para o mercado; b) Em escala	a) Auto consumo b) Intercâmbio c) Mercado
6- Preços dos produtos	a) Relação oferta/demanda	a) De acordo com o trabalho e em relação a outros produtos
7- Mercado	a) Controlado por transnacionais e os Bancos mundiais	a) Controlado por produtores e consumidores segundo as necessidades reais
8- Dinheiro	a) Poder	a) Meio de intercâmbio
9- Relações Humanas	a) Dominação	a) Cooperação e empoderamento
10- Espaço	a) Concorrência	a) Livre

1- "Economia Solidária é a produção de maneira organizada a partir do entendimento dos recursos em relação aos mercados local, nacional e internacional. Requer o reconhecimento e valorização dos saberes, de investigação, planeamento, gestão, capacitação, aprendizagem, tecnologias, formas jurídicas, recursos económicos, comunicação e eficácia."

2- "A Economia Solidária é um modelo económico inclusivo, que considera as capacidades e potencialidades de cada indivíduo com igualdade como base para a construção de relações justas, livres e democráticas na integração de um desenvolvimento social."

3- "O trabalho colectivo é a semente da Economia Solidária; dá-nos a oportunidade de potenciar as qualidades de cada pessoa e de ajudarmo-nos mutuamente a superar tudo o que impede o crescimento do grupo e da sociedade no seu conjunto."

### **Aspectos fundamentais:**

- a) O importante é o sujeito social, os grupos organizados como sujeitos sociais e o fortalecimento das comunidades.
- b) Esta Economia produz e baseia-se em relações solidárias, humanas, de apoio mútuo, respeito, intercâmbio, igualdade entre as comunidades e pessoas, em práticas colectivas.
- c) É um exercício de criatividade plural e busca de alternativas inclusivas.
- d) Busca a autonomia e autogestão das comunidades.
- e) É a distribuição equilibrada dos benefícios, a partir da correcta administração dos recursos.
- f) É uma alternativa a construir frente à globalização da Economia Neoliberal.
- g) Em termos de metodologia, parte-se do local para compreender o global. Os vínculos locais são fortalecidos e vive-se a experiência com força acrescida.
- h) O movimento mundial de base pode ser de resistência, criatividade, de busca de alternativas económicas, políticas e sociais, **visando uma globalização humanizada e equilibrada, que não seja com base nos lucros à frente das pessoas.**
- i) A Economia Solidária não é uma economia de pobres. Busca uma **produção eficiente de forma a satisfazer as necessidades.**
- j) É romper os modelos de consumismo e construir projectos** cada vez maiores, que **impliquem uma diversificação da produção e uma pluralidade de mercados solidários.**

Em uma das oficinas de reflexão sobre a prática de produção em uma comunidade do município de Sabanilla, chegaram à compreensão de **10 princípios da Economia Solidária:**

- 1- Busca do desenvolvimento integral do ser humano
- 2- Desenvolvimento pessoal e comunitário
- 3- Solidariedade: apoio e ajuda mútua
- 4- Construção da democracia
- 5- Construção de uma empresa social a partir do desenvolvimento local
- 6- Busca do desenvolvimento da sociedade
- 7- Respeito pela natureza e pelos seres humanos
- 8- A tecnologia e o financiamento servem para o desenvolvimento do ser humano
- 9- Direito ao trabalho, à educação, à saúde, ao descanso, a uma vida digna
- 10- No percurso do desenvolvimento os valores culturais como povos são importantes.

### **ELEMENTOS IMPORTANTES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DOS 10 PRINCÍPIOS:**

- 1) É um exercício que permite a utilização colectiva dos recursos, organiza o trabalho, ensaia soluções, impulsiona as organizações e lhes permite obter ganhos que podem utilizar para a educação e mobilização; soluciona problemas comuns; propõe a utilização da tecnologia e mecanismos administrativos
- 2) Implica a administração de recursos com fundamento na economia. Regulação, controlo, ordem, sistemas, regras, processos operativos criados a partir da prática

- 3) Leva à vinculação do trabalho económico e de serviços a um processo organizativo das comunidades
- 4) Apoia economicamente para fortalecer iniciativas próprias, para gerar recursos próprios visando a autonomia das comunidades
- 5) Leva a esclarecer os princípios fundamentais dos processos económicos para localizar as experiências no âmbito da economia regional e nacional como produtores e como sector social
- 6) Implica atender ao maior número de factores em cada experiência, ainda que muitas vezes não se consiga de imediato. Ex: aspectos administrativos, organizativos, de capacitação, históricos, jurídicos, técnicos, políticos, religiosos, de mercado, de planeamento, etc.. É importante a investigação em termos de acessórias de acordo com as necessidades de cada experiência.
- 7) O trabalho colectivo não é necessariamente a posse colectiva da terra e dos instrumentos de trabalho
- 8) Implica fortalecer os aspectos jurídicos e legais, das organizações
- 9) É a promoção e a criação de tecnologias que potenciam os recursos próprios das comunidades
- 10) Integrar os princípios éticos de um trabalho cooperativo com justiça
- 11) Fortalecer a cultura e a organização própria recorrendo ao uso da língua local, dos sistemas de eleição, usos e costumes, em relação à responsabilidade e ao reconhecimento da autoridade e prestígio das comunidades.
- 12) Manter os espaços próprios das comunidades para a tomada de decisões
- 13) Implica o desenvolvimento do sujeito social e não da instituição. A DESMI não realiza trabalho se este não é a comunidade a interessada
- 14) Promove a participação de um nº cada vez maior de pessoas de uma comunidade a partir da consciência dos benefícios e da vontade política de realizar o trabalho
- 15) Combina-se a estratégia política à prática do desenvolvimento económico. Não é um trabalho isolado dos demais processos de consciencialização e políticos.
- 16) A prática social é parte de um processo de libertação, criador de um sujeito social, até à consolidação de uma economia solidária que permite clarificar a sua posição frente aos objectivos sócio-políticos e que também contribua para a formação e capacitação dos seus membros no sentido de construir uma nova sociedade.
- 17) Apoia os processos de base, de consciência, de opções, de risco e também como parte de um processo. A experiência económica pode ser o início ou o final de um processo orgânico
- 18) É necessário entender o todo, a complexidade da sociedade global, a estrutura que amarra o todo. Os problemas das comunidades devem ser vistos como os de um sector da sociedade, condicionado por ela e não isolado da totalidade. As soluções

devem ser construídas no âmbito da sociedade global na sua totalidade e não para os marginalizados, nem para as etnias de forma separada.

Portanto, para sintetizar a ideia de base da Economia Solidária, Euclides André Mance, investigador brasileiro, descreve que um empreendimento isolado de Economia Solidária ganha expressão na construção de redes de colaboração solidária quando estas células são conectadas com outros empreendimentos. Desta forma, as conexões permitem que os fluxos financeiros permaneçam na rede, realimentando-a, adquirindo-se fora da rede apenas aquilo que não é produzido por esta.

Neste momento, existe no **Brasil um mapeamento dos empreendimentos** de Economia Solidária, que podem ser contactados através da internet; um **software para simulação em** termos de viabilidade económica da criação de novos empreendimentos, assim como um funcionamento activo de redes locais e regionais.

## **SOBERANIA ALIMENTAR**

O tema da Soberania Alimentar aparece num quadro de evolução do conceito de Segurança Alimentar, em que os problemas da pobreza e da escassez dos alimentos levaram há alguns anos ao debate à nível internacional de como resolver este problema. Todos, desde governos, ONGs, ou instituições internacionais falam de soluções para resolver o **grandioso problema da falta de alimentos no planeta** e parecem haver assimilado o o conceito de Segurança Alimentar.

**A Segurança Alimentar, portanto, surge com a ideia de assegurar os alimentos os imprescindíveis a todos.** Porém, não se diz **como, quais e nem de onde devem proceder.**

Um dos argumentos da Segurança Alimentar é que os alimentos importados (os básicos), ao serem baratos, deveriam ser mais acessíveis às populações mais pobres. Entretanto, o que acontece é uma concorrência desleal com os alimentos locais, ou seja:

- \* Os pequenos agricultores, em especial nos países do Sul, produzem cada vez mais para exportar e tentar sobreviver à concorrência dos produtos dos países do Norte, que recebem subsídios à exportação. Sendo assim, abandonam os cultivos de subsistência para as suas famílias e os mercados locais;
- \* Entretanto, os benefícios oriundos da exportação, na maioria dos casos, não chegam para comprar quantidades suficientes de alimentos importados, que uma vez chegando aos mercados locais, não são afinal tão baratos ou estão sujeitos à flutuações incontroláveis que acabam por arruiná-los.
- \* Outra ideia é que uma maior produção global de alimentos iria solucionar o problema da Segurança Alimentar. É certo que hoje, à nível global, se produzem mais alimentos do que se consomem. Entretanto, a sobreprodução na agricultura não está destinada a alimentar os pobres.
- \* O que tem acontecido é que estas políticas de fortalecimento da agricultura de exportação têm deslocalizado em muitas regiões a agricultura e a pecuária tradicionais de subsistência que, estas sim, davam de comer aos mais pobres.
- \* Outro conceito muito veiculado nos países do Norte no âmbito da Segurança

Alimentar é a salubridade alimentar. Mas, também neste sentido, se existe algo pouco ou nada salubre nos nossos dias são os alimentos industrializados, com base na produção intensiva e aditivos que lhes dão cor, sabor, aromas, etc..

\* As estatísticas de enfermidades crónicas como obesidade, problemas cardiovasculares, diabetes e etc. relacionados com os nossos hábitos alimentares e a péssima qualidade do que comemos são inquietantes.

\* Na Europa consomem-se anualmente 170.000 toneladas de aromas industriais. O seu número supera os 3.800, a maioria dos quais não tem nenhum componente nutritivo e comportam riscos para a saúde;

Há algum tempo, a **Via Campesina** - movimento internacional que integra a maioria das experiências organizativas dos trabalhadores rurais- elaborou **propostas que contemplam o reconhecimento do papel fundamental dos pequenos e médios produtores para a manutenção de um mundo rural vivo**, ou seja, da **Soberania Alimentar**, cujo conceito amplia e complementa o da Segurança Alimentar.

"A Soberania Alimentar (SA) é o direito dos povos, comunidades e países a definirem as suas próprias políticas agrícolas, pecuárias, laborais, de pesca, alimentares de forma a serem ecológica, social, económica e culturalmente apropriadas às suas circunstâncias exclusivas. Isto inclui o direito real à alimentação e à produção de alimentos". A SA pretende construir um novo paradigma agro-alimentar baseado na implementação do direito à alimentação, no acesso dos camponeses aos recursos, em produções sustentáveis e na priorização de mercados e circuitos de comercialização locais.

De todos os elos em que se baseia a cadeia agro-alimentar, aparece como especialmente preocupante o crescente poder e condicionamento que exercem as grandes empresas de distribuição alimentar (GDA) sobre toda a cadeia, especialmente sobre os produtores e os consumidores. Torna-se cada vez mais evidente que **a defesa do paradigma da SA, de um mundo rural vivo, de produções sustentáveis, de relações comerciais mais justas e equitativas e de uma estratégia clara e consistente de luta contra a fome e a pobreza, passa por questionar o papel destes agentes económicos.**

#### **A Soberania Alimentar inclui:**

- 1- Prioridade à produção agrícola local para alimentar a população
- 2- O acesso dos camponeses e sem terra à água, sementes e crédito,
- 3- Reforma agrária integral
- 4- Acabar com o modelo dos monocultivos e priorizar a produção diversificada
- 5- Possessão e uso da terra reservados a quem nela trabalha e quem nela vive. A terra não é uma mercadoria, mas um bem em benefício da sociedade. O **princípio da propriedade social** que impede a especulação financeira e seu uso desproporcionado por parte das empresas e das indústrias
- 6- Que os governos desenvolvam uma política de preços remuneratórios de forma a

garantir a democratização dos meios de produção e controlo dos mecanismos de comercialização

7- Estímulo à agricultura familiar e cooperativa e o controlo por parte dos trabalhadores rurais dos procesos de transformação

8 - Acesso à educação e segurança social para os agricultores e suas famílias

9- Criação de bancos de semente públicos, controlados e geridos por agricultores

10-Desenvolvimento de modelos tecnológicos que não prejudiquem a saúde e respeitem o meio ambiente

11- Não à produção dos OGMs

12- O direito ao uso público e democrático da água de boa qualidade, ao contrário da privatização deste recurso

13- Política de reordenação territorial que delimite as zonas agrícolas e assegure uma política eficiente de infra-estruturas – caminhos rurais, electrificação, regadio...

14 ordenação dos cultivos para impedir a imposição dos cultivos não tradicionais

15- O direito dos camponeses de produzir alimentos e dos consumidores decidirem o que consumir, como e quem os produz

16- Direito dos países a protegerem-se das importações agrícolas e alimentares demasiado baratas

17- Preços agrícolas relacionados com os custos de produção, a favor da produção camponesa sustentável, controlando o mercado interno para não haver excedentes

18- Participação dos povos na definição das políticas agrárias

19- Reconhecimento do direito dos produtores a desempenhar um papel essencial na produção agrícola e na alimentação

20-A saída do sector alimentar da OMC, hoje tratado como uma mercadoria e não como um direito dos povos

21- Não aos Acordos de Livre Comércio (TLC) e os Acordos Económicos de Sociedade (EPA)

22- Oposição às políticas do Banco Mundial relacionadas com a terra e o desenvolvimento rural

23- Oposição e denúncia da dominação dos G8 que representam 13,5% da população mundial e controlam 62,6% da economia mundial

A Soberania Alimentar se propõe a resolver o problema da escassez de alimentos; é uma ferramenta metodológica para analisar e compreender vários fenómenos complexos e uma estratégia de luta para abordar os problemas da agricultura mundial e da fome no início do séc. XXI e uma reivindicação radicalmente oposta à lógica

neoliberal do desenvolvimento.

Sendo assim, há propostas e alternativas. Não há, entretanto, suficiente visibilidade que proporcione um efeito multiplicador mais vasto, para além da ausência de vontade política e interesses diversos de não implementá-las à nível mundial.

Em seguida, o companheiro José Verdú apresentará o Manifesto "Abrindo Espaço por um Comércio Justo", que demonstra uma estratégia comum adoptada por uma parte do movimento do Comércio Justo, que tem em conta estes dos eixos apresentados (Economia Solidária e Soberania Alimentar).

#### **Referências Bibliográficas:**

- \* Campus Virtual da Economia Solidária; [www.economiasolidaria.net](http://www.economiasolidaria.net); consultas efectuadas em 2005, 2006 e 22 de Maio de 2007.
- \* FRANÇA, Genauto; Esclarecendo Terminologias: as noções do 3º sector, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular em Perspectiva, in "Bahia – Análise e Dados", NUNES, Débora
- \* Revista Debate Internacional; CUT, 2000
- \* MONTAGUT, Xavier e DOGLIOTTI, Fabrizio; Alimentos Globalizados – Soberania Alimentaria y Comercio Justo, 2006, Icaria, Barcelona
- \* MANÇE, Euclides André; Redes de Colaboração Solidária – Aspectos económico-filosóficos: complexidade e libertação, Editora Vozes, Petrópolis, 2002
- \* MONTAGUT, Xavier e VIVAS, Ester; ¿ Adónde va el Comercio Justo? Modelos e Experiências, Icaria, 2006
- \* DESMI, AC, Si Uno Come Que Coman Todos – Economía Solidaria, Iztapalapa, México, 2001
- \* Declaração de Nyélény – Fórum Mundial pela Soberania Alimentar; Nyéléni, Selingue, Malí, 28 de fevereiro de 2007
- \* CARRARO, Federica, FERNANDES, Rodrigo e VERDÚ, José; El Rompecabezas de la Equidad; 2006, Icaria